

Programa Saúde está sendo abandonado

24 MAI 1981

Da sucursal de
BRASILIA

O Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (Plass), considerado pelos técnicos do setor como um dos mais sérios implantados na área da Saúde, está sendo gradativamente abandonado. Preocupado com a discussão do Prev-Saúde, cujo documento circula há quase dois anos sem muita perspectiva de aprovação, o Ministério da Saúde aos poucos deixa de lado um programa que, se ampliado, alcançaria resultados que poderiam ser mais satisfatórios do que novas medidas na área de serviços básicos de Saúde.

Avaliado até 1979 em reuniões mensais, quando técnicos do Ministério da Saúde, juntamente com os das secretarias estaduais de Saúde, procuravam identificar os problemas enfrentados pelos Estados para dar continuidade às ações do Plass, o programa hoje chega a ser, no máximo, fiscalizado. Segundo técnicos que acompanham o Plass desde a sua implantação, em 1976, atualmente o programa merece apenas uma ou duas reuniões por ano, quando as autoridades dos ministérios da Saúde e da Previdência Social fiscalizam a aplicação dos recursos financeiros a ele destinados.

Até 1979, o Ministério da Saúde tinha acesso a praticamente todas as informações sobre o desenvolvimento das ações do Plass, acompanhando e assessorando o órgão de perto, embora tal atitude tenha sido o primeiro desvirtuamento do Plass: em sua versão original, o programa seria desenvolvido e supervisionado pelos municípios, com recursos dos Estados e do governo federal. Conforme relatório oficial dos cinco anos de funcionamento do Plass, as informações obtidas em 1980, entretanto, "são extremamente falhas e incompletas, o que dificulta sobremaneira uma análise consistente".

Diz o relatório que o sistema de informação implantado no ano passado, "além de ainda precário, não obteve por parte das secretarias e dos grupos de acompanhamento (GAS) — criados pelo Ministério da Saúde para acompanhar o Plass — a devida atenção". Com tal ressalva, o documento mostra as principais atividades do Plass desenvolvidas até dezembro de 1980, informando que no Nordeste — principal área de atuação do programa — foram implantados e estavam em funcionamento em 1.368 municípios, 1.243 centros de saúde, 2.182 postos de saúde e 346 unidades mistas. No Norte, em 179 municípios, o Plass é responsável por 61 centros de saúde, 467 postos e 58 unidades mistas.

Ainda segundo o relatório, na região Centro-Oeste, num total de 351 municípios existiam, até dezembro de 1980, 389 centros de saúde em funcionamento, 44 postos e 13 unidades mistas, enquanto na região Sudeste, em 727 cidades havia 863 centros, 204 postos e cinco unidades mistas. Para 1981, segundo informações de técnicos do setor, além das dificuldades administrativas e da falta de apoio do Ministério da Saúde, o Plass sofrerá problemas financeiros, pois acredita-se que o Inamps não poderá custear mais do que 25% das atividades dos postos e centros de saúde, cujos subsídios chegam hoje a 70 ou 80% de todos os gastos efetuados.

INCORPORAÇÃO

Conforme o relatório do Plass, o problema deverá ser incorporado ao Prev-Saúde: "Podemos concluir claramente, segundo os técnicos, que não há antagonismos entre a proposta do Plass e a do Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde. Pelo contrário, pode-se afirmar que a filosofia pela qual o programa surgiu e desenvolveu-se é a mesma que faz surgir a idéia do Prev-Saúde. O Plass antecede e continua, de forma mais ampliada no Programa de Serviços Básicos, e esse absorve o Plass e lhe dá uma dimensão maior".

Entretanto, para os especialistas que vêm acompanhando o Plass, participando, inclusive, de todas as reuniões que antes eram realizadas mensalmente, essa incorporação é uma maneira falsa de mostrar um novo programa que nada mais será do que o próprio Plass. "O Prev-Saúde é centralizador, dizem ainda os técnicos, e, se for incorporado no Plass, vai desvirtuar ainda mais o programa, com todas as decisões concentradas nos Ministérios da Saúde e da Previdência Social". Enquanto isso, o próprio relatório do Plass enfatiza a necessidade de se fortalecer as Secretarias de Saúde para que tenham maior autonomia ao definir suas prioridades.

Os programas de saneamento básico, conforme o relatório do Plass, não tiveram o desenvolvimento esperado nos cinco anos de sua implantação. "Sendo uma atividade mais complexa e dispendiosa que a construção e implantação de unidades de saúde, o saneamento básico não foi implementado com a intensidade desejada. A análise do plano operativo, continua o relatório, leva à constatação de que o componente saneamento tem ficado em plano secundário dentro das ações voltadas para a saúde."

Entendem os técnicos responsáveis pelo relatório que "é imprescindível que o Ministério da Saúde dê atenção e apoio às atividades do saneamento básico", por meio da Fundação Sesp — Serviços de Saúde Pública — pois "a melhoria do meio ambiente subentende o desenvolvimento do saneamento básico e a correção das condições gerais que constituem agravos à saúde das comunidades, além dos pontos críticos concorrentes para a deterioração ambiental".